

“Samba e Solidariedade: Capital Social e Parcerias na Favela da Mangueira”

Autora: Maria Alice Nunes Costa

Instituição: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional /IPPUR - Universidade Federal do Rio de Janeiro (doutoranda)

Email: alicecosta.rj@uol.com.br ou alicenunes@ippur.ufrj.br

Palavras-chave: governança, capital social e responsabilidade social empresarial

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a análise realizada sobre o programa de política social implantado na favela da Mangueira, Rio de Janeiro, nas últimas duas décadas, entendendo-o como resultante de uma convergência de fatores que envolvem: 1) as transformações nas formas de gestão pública nas cidades brasileiras, que passam mais recentemente a envolver parcerias dos governos local e estadual com a comunidade e empresas; 2) mudança na cultura empresarial, levando as empresas à atuação de caráter social, lado a lado com a política social dos governos; 3) existência de laços comunitários em torno da Escola de Samba da Mangueira, que permitem entender essa entidade e seu entorno comunitário como dotados de capital social.

Com base nos conceitos de capital social e governança estudamos o Programa Social da Mangueira como um caso de relativo sucesso de gestão descentralizada de política social, através de redes sociais estabelecidas entre a comunidade, o poder público e algumas empresas que vêm financiando inúmeros projetos culturais na favela da Mangueira.

Introdução

A idéia da cooperação entre os setores público-privado, na realização de obras e prestação de serviços, esteve marcada por uma distinção clássica, segundo a qual o *público* identifica-se com o Estado e o *privado* com o mercado.

A concepção da ocupação do espaço *público* como uso de todos e para todos, nos remete ao processo histórico da conquista dos direitos civis, políticos e sociais.

No Brasil os direitos sociais foram regulamentados por governos ditatoriais, no mesmo momento em que os direitos políticos eram suprimidos, o Legislativo era fechado ou funcionava à mercê do Poder Executivo. Como consequência, tivemos uma supervalorização

do Poder Executivo que apontava para a onipotência do Estado frente aos interesses do público em geral (Carvalho, 1995). Esse processo de desenvolvimento da cidadania disseminou uma cultura política estatizante, que vinculava a resolução dos problemas coletivos ao poder do Estado. Nesse sentido, tudo o que era público era estatal.

Recentemente, a distinção entre o público e o privado vem sofrendo um processo de transformação. Esse processo se dá paralelamente ao processo de construção da democracia na América Latina.

Junto com as novas formas de ação coletiva vem a nova ocupação do espaço público, por um conjunto diversificado de atores e associações. A iniciativa privada sai em busca de mercados alternativos para utilização de sua capacitação empresarial, financeira e administrativa na execução dos serviços públicos, até então de competência do Estado. Acrescenta-se a esse cenário de cooperação entre o público e o privado, principalmente nas áreas metropolitanas, o desafio de se fazer um novo desenho institucional que capte os anseios desta nova sociedade civil.

As sucessivas crises econômicas, desencadeadas nos anos 70, levaram a uma crise do Estado de bem-estar. Em seu lugar vem surgindo a idéia de um Estado promotor do bem-estar social com a função de potencializar a participação da sociedade e compartilhar com ela a responsabilidade social, na medida em que, sozinho, não pode mais arcar com essa responsabilidade.

Em contrapartida, a sociedade civil passa a não mais esperar do Estado a resposta única para a garantia de melhores condições de vida e bem-estar para o conjunto da sociedade. A sociedade civil organizada passa a defender o interesse público e a construir novos parâmetros de coesão social e solidariedade, sobretudo a partir de seu fortalecimento como agente indutor da opinião pública.

O cenário político-econômico forçará uma revisão das relações entre o Estado e a sociedade, criando um novo espaço, no qual se manifestam os interesses dos cidadãos. Nesse espaço público não-estatal eles passam a desempenhar funções que antes eram da competência exclusiva do Estado, como a gestão da política social.

Novas organizações passam a atuar como canal de representação popular, operando através de um sistema de redes que reúnem o setor público, empresas, grupos ou organizações sob a forma de parcerias.

Nesse sentido, apresentaremos o **Programa Social da Mangueira**, como uma nova forma de gestão de políticas sociais, realizado através de redes que envolvem um grande número de empresas privadas e governos federal, estadual e municipal na promoção de projetos de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e formação profissional.

2 . A governança como nova concepção de gestão estatal

A discussão contemporânea sobre o novo papel do Estado, tem sido direcionada para os requisitos políticos, sociais, organizacionais e gerenciais que tornem o Estado eficaz e eficiente, para ser capaz de enfrentar os desafios que se impõem e os dilemas que se apresentam.

O desafio da reforma do Estado e seu ajuste à nova ordem econômica e financeira global, produziram profusa literatura sobre a crise do Estado. Alguns autores que se dedicaram a recuperar a origem histórica da crise e analisar suas características, esforçaram-se para oferecer diagnósticos e soluções para os problemas encontrados (Bresser Pereira e Grau, 1998; Diniz, 1997). Enfatizam que a crise fiscal impulsionou uma série de receituários das agências multilaterais de financiamento, principalmente, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que envolviam: privatização de empresas estatais, corte nos gastos públicos e sociais e estabilização monetária. Essas políticas de ajuste foram definidas a partir do fim das formas protecionistas de intervenção do Estado, pela multiplicação de subsídios e pelo excesso de regulamentação da economia que geravam práticas políticas de “predação do social” (rent-seeking). Além disso, a forma burocrática de administração centralizada no Estado foi criticada, por essas agências, por ser um tipo de gestão rígida e ineficiente do aparato público (Pereira, 1996).

O Estado e a sociedade estarão revendo seus papéis e suas inter-relações, na medida em que se começa a valorizar a participação da sociedade civil na busca de melhores condições de vida e bem-estar.

No debate dos anos 90 acerca da redefinição das funções do Estado, surge a concepção de *governança* (governance). O termo pretende ampliar o conceito estritamente econômico de gestão pública, para alcançar uma visão mais abrangente que envolva, interdisciplinarmente, as dimensões econômica, política e social, no sentido de aumentar a capacidade do governo.

O novo modelo de atuação do Estado pressupõe, sinteticamente, que não se substitua a sociedade civil nem o mercado, mas que o Estado atue em conjunto com ambos, como um elemento de apoio, entendido assim como um Estado **fomentador** de iniciativas de ação (Diniz, 1997).

A *Governança* consiste no estabelecimento de um sistema de normas inseridas num redesenho estratégico que envolve a participação de variados atores sociais (ONGs, associações, mercado) que compartilham da capacidade governativa do Estado, na identificação dos problemas da sociedade, na formulação de políticas públicas e na sua implementação (Idem).

Reconhecer o debate sobre *governança* significa relacionar o bom desempenho governamental à participação cívica dos grupos sociais que controlam o processo ou partes do processo de que resultam ações de seu interesse. Cabendo então ao próprio Estado fortalecer a sociedade e dar curso às suas aspirações.

O processo de reforma do Estado abriu novas perspectivas para a relação entre o governo e a sociedade. A *governança* surge como uma nova forma de gestão descentralizada de política pública em resposta aos desafios da reforma do Estado e de seu ajuste à nova ordem econômica e financeira global, em contexto democrático.

É neste contexto de reconstrução das relações entre Estado e sociedade, onde surgem as redes de parcerias para a gestão de políticas sociais, que este artigo focaliza sua atenção. Toma-se aqui como estudo de caso o **Programa Social da Mangueira**, desenvolvido pela Escola de Samba da Mangueira em parceria com empresas, ONGs e governos federal, estadual e municipal. Essa rede de relações será aqui apresentada através do conceito de **capital social**.

3 – A Relação entre capital social e desenvolvimento

Com a volta da democracia no Brasil, o poder antes localizado no Estado, agora dá lugar à noção de poder difuso, que se estende por uma rede de relações e por campos setoriais, como grupo de mulheres, aposentados, grupos étnicos, ambientalistas, em defesa dos direitos de jovens e crianças, etc.

As atividades das novas organizações, que antes ficavam distantes do poder decisório e central do Estado, passam a se fazer através de parcerias, com o objetivo de garantir melhores condições de vida e bem-estar para o conjunto da sociedade, estabelecendo, assim, uma nova compreensão dos limites do Estado e da sociedade.

Essas iniciativas da sociedade civil apontam para o surgimento de uma nova cultura política, uma vez que as práticas sociais são orientadas por novas leis democráticas e por um novo nível de condutas, normas e valores em relação ao interesse público, constituindo um avanço significativo da participação da cidadania no processo de redemocratização no Brasil.

No momento, muitas dessas organizações estão aprendendo a lidar com a luta pelos direitos sociais. Estão buscando modelos mais eficientes de políticas sociais para ampliarem seu raio de ação e legitimidade frente à sociedade, com o objetivo de intervir no alívio da pobreza, na garantia dos direitos humanos fundamentais e na eliminação das desigualdades sociais.

Mais recentemente surge a sensibilidade quanto ao potencial de produção de riqueza e desenvolvimento, que flui das várias formas de associação coletiva: o **capital social**. Este capital refere-se aos laços de confiança, de compromisso, de vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade que são capazes de estimular normas, contatos sociais e iniciativas de pessoas para a potencialização do desenvolvimento humano e econômico.

O capital social tem sido identificado como um componente integral do desenvolvimento econômico e social, que molda a quantidade e qualidade das interações sociais de uma sociedade. Reconhecendo o potencial deste conceito, o Banco Mundial vem usando o conceito para investigar e analisar como e de que forma o capital social habilita os pobres a participarem ativamente e a se beneficiarem do processo de desenvolvimento.

O presente artigo abrange uma concepção de capital social que supõe que:

1. Relações horizontais de participação, cooperação, confiança e solidariedade contribuem para a criação e/ou o fortalecimento do capital social da sociedade e, conseqüentemente, facilitam o desenvolvimento do bem-estar da coletividade;
2. A participação coletiva é elemento fundamental do capital social de uma sociedade, sendo de vital importância a existência de regimes políticos democráticos capazes de

dotar o Estado de uma cultura democrática, que crie instrumentos favoráveis ao acesso às informações sobre os negócios públicos e o controle da sociedade;

3. O legado do autoritarismo contribui para tornar as relações sociais de reciprocidade e confiança silenciosas e/ou invisíveis. Cabendo ao Estado democrático promover ações criativas que induzam à otimização dessas relações, através da sinergia entre governo, comunidade e mercado. Assim, o capital social será potencializado e poderá contribuir para a autonomia da sociedade na garantia de seu bem-estar social;
4. Entendemos que o capital social não é o quesito único e máximo para o desenvolvimento de uma sociedade. O bem-estar econômico e social é resultado da combinação de indicadores de condições naturais e ambientais; das condições de acesso à saúde e conhecimento; acesso a recursos monetários; e às condições de acesso ao trabalho. Logo, a interação do **capital social** com as demais formas de capital (natural, humano e financeiro) pode impactar positivamente no desenvolvimento amplo da sociedade.

4. A ação social do empresariado brasileiro

Quanto à perspectiva de que capital social é promovido pela ampliação da participação de diversos agentes sociais em favor do desenvolvimento, temos observado no Brasil que novas redes de participação vêm sendo articuladas. Consta-se um movimento de solidariedade de alguns setores do empresariado brasileiro, visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de experiências e à formulação de projetos sociais fundados em identidades e valores coletivos.

Sob pressões advindas do sistema internacional, que redefiniu a agenda governamental nos anos 80 e 90, o empresariado brasileiro vem tendo que se adaptar ao seu novo papel político e social que vai sendo definido a partir da reestruturação industrial. Novos canais de participação vão sendo criados à margem da estrutura corporativa oficial.

A presença de empresas estrangeiras no Brasil também tem interferido no aumento das ações sociais. Além de trazerem a experiência de atuação em atividades comunitárias para as filiais brasileiras, as empresas estrangeiras estão também preocupadas com a sua imagem após

as privatizações e buscam mostrar uma face de empresa-cidadã para os consumidores brasileiros.

A Pesquisa "Ação Social das Empresas", realizada pelo IPEA em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a Comunidade Solidária entre 1998 e 2001, revelou que cerca de 1.400 empresas injetaram um volume de R\$3,5 bilhões em atividades sociais na região sudeste. O valor correspondeu a 30% dos investimentos estimados pelo governo para os estados da região sudeste no mesmo ano, sem incluir os gastos da previdência social, e chegou a quase 1% do PIB do sudeste. No Nordeste o investimento equivale a 4% e no Sul a 7% (IPEA, 2001). A mesma pesquisa apontou para o fato de que cresce o entendimento de que uma política de desenvolvimento social exige a participação das empresas em atividades sociais, desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados. A pesquisa tem mostrado que o setor privado já pode ser considerado o grande interlocutor das políticas públicas do país no tocante às ações sociais.

A noção de **responsabilidade social empresarial** passa a aparecer nos anos 90 no Brasil, através de doações e programas e projetos comunitários que a empresa passa a desenvolver, ou aquelas que envolvem parcerias com o governo, com ONGs e com a população organizada de comunidades carentes.

A partir da década de 90, com o governo Collor (1990-92), inicia-se o processo de abertura aos produtos importados. No bojo desse processo, a disponibilidade de produtos importados com preço e qualidade competitivos leva a uma mudança no comportamento dos consumidores, que passam a ser muito mais exigentes. A indústria nacional passa a enfrentar o desafio de se tornar competitiva em nível internacional ou desaparecer. Empresários e gerentes encontram-se frente a um novo ambiente econômico, muito mais dinâmico e competitivo. Os padrões e praxes, assentados há quase meio século, foram radicalmente alterados.

Enfim, novos valores culturais estão surgindo no mundo corporativo brasileiro e são direcionados para a elaboração de estratégias que focalizem a excelência dos produtos e serviços, índices cada vez maiores de produtividade e a superação da concorrência. Além disso, o empresariado está aderindo à idéia da cooperação com o poder público para buscar benefícios mútuos e oferecer algo mais à sociedade além de produtos e serviços: respeito e credibilidade.

5 – O capital social em Ação na Favela da Mangueira

Embora a ocupação da favela da Mangueira venha do século XIX, o adensamento populacional efetivou-se a partir dos anos 30. A Mangueira² é uma comunidade de baixa renda que cresceu com uma população de gente pobre, constituída quase na totalidade por negros, filhos e netos de escravos, ou seja, elementos da camada dos desprivilegiados social e economicamente.

Na Mangueira, a organização social surgiu a partir da música, do carnaval e do futebol, que era o espaço onde havia maior liberdade e que possibilitava levar para a cidade o que durante o ano ocorria nesta comunidade.

Com a fundação da Escola de Samba da Mangueira no final dos anos 20, cria-se um espaço de sociabilidade em torno do desfile de carnaval e os membros da favela da Mangueira. Mesmo existindo precariedade de recursos materiais a música, em especial o samba, foi um grande incentivo à integração dos membros da comunidade, os quais encontram nos laços de solidariedade uma possibilidade de minorar os efeitos das difíceis condições de vida.

A comunidade da Mangueira ficou mundialmente conhecida através da sua Escola de Samba da Mangueira. Hoje, é consenso que a favela da Mangueira, a partir de sua Escola de Samba, é o celeiro e patrimônio da cultura popular e berço de alguns poetas mais geniais da música brasileira³.

Foi através de sua marca cultural que a Escola de Samba da Mangueira expressou seu poder político, mobilizando segmentos da sociedade para a implantação de melhorias na qualidade de vida da comunidade. A identidade com o carnaval, o samba e a música tem contribuído para a proximidade e o diálogo com diversos setores da sociedade: artistas,

² A favela da Mangueira está localizada no bairro da Mangueira na zona central da cidade do Rio de Janeiro. Ela é constituída pelas comunidades do Morro da Mangueira, Chalé, Parque Candelária e Morro dos Telégrafos, sendo assim denominada por Complexo da Mangueira, que é a nona maior favela do Rio de Janeiro, com 17.860 pessoas, correspondendo a aproximadamente 4.000 famílias. Dados da Mangueira e da Escola de Samba da Mangueira podem ser obtidos no site www.mangueira.com.br.

³ Entre eles Cartola e Carlos Cachaca que nasceram e foram criados nesta comunidade e tornaram-se expoentes do samba no Brasil. Além disso, desde o início, a Mangueira sempre conviveu com músicos atraídos pelo samba, como Heitor Villa-Lobos, Noel Rosa e Tom Jobim, e até hoje continua atraindo grandes nomes da música popular brasileira: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, apenas para citar alguns dos exemplos vivos da história da música popular brasileira.

intelectuais e setores das camadas médias da sociedade, incluindo turistas de outros estados e países.

O clima de solidariedade, aliado à forte identidade cultural de seus membros na busca de um objetivo comum, lançou as bases do estoque de capital social da comunidade. Conforme Putnam (1996), mesmo associações com pouca relação direta com a atividade econômica, como instituições esportivas e culturais, comporiam o capital social, pois reforçariam as relações de cooperação entre os membros da sociedade. A existência desses laços sociais sinaliza a possibilidade de se organizar ações coletivas que visem à promoção do desenvolvimento social de dada localidade. Logo, a existência da Escola de Samba da Mangueira, que possui forte apelo cultural na comunidade, pode funcionar como um importante catalisador de redes sociais capazes de promover padrões de sociabilidade e bens coletivos para a comunidade.

Sendo assim, além de produzir desfiles de carnaval, a Escola de Samba da Mangueira, desde 1987, tem desenvolvido inúmeros projetos sociais, através do Programa Social da Mangueira. São 30 projetos na área de educação (da infância ao ensino superior), saúde, esporte, lazer, cultura, artes, música dança, formação profissional, assistência jurídica e social. Todos os serviços são totalmente gratuitos à população da Mangueira e comunidades vizinhas.

No início dos anos 80, aulas de esporte eram dadas na rua embaixo do viaduto próximo à quadra da Escola de Samba, e a única condição imposta ao futuro atleta era o dever de freqüentar uma escola de ensino regular.

Em 1987, lideranças da Escola de Samba da Mangueira preocupadas com o jogo estar sendo realizado embaixo do viaduto, resolveram solicitar ao governo federal o terreno baldio próximo também à Escola de Samba e que pertencia à Rede Ferroviária Federal. A cessão do terreno foi concedida por 99 anos, para a execução de projetos sociais coordenados pela Escola de Samba da Mangueira.

Funcionários da empresa multinacional Xerox do Brasil que, além de desfilarem pela Escola de Samba da Mangueira, também contribuíam voluntária e individualmente em ações sociais na comunidade, doando cestas de alimentos e uniformes de futebol para as crianças, conseguiram junto ao Presidente da Xerox do Brasil o apoio financeiro ao projeto esportivo que estava sendo desenhado e que seria denominado de Projeto Vila Olímpica. Assim, samba e solidariedade se entrecruzam novamente.

Além disso, o governo estadual apoiando a iniciativa, construiu toda a infraestrutura do pólo esportivo, com 35 mil metros quadrados. Quanto à composição do poder público na rede, os governos estadual e municipal são os mais atuantes no Programa Social da Mangueira. O governo estadual, através da Secretaria Estadual de Educação, administra diretamente o CIEP Nação Mangueirense. Além disso, patrocina o Projeto Artisticamente Mangueira elaborado pela direção deste colégio. O governo municipal possui uma atuação mais ampla, através das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Social.

A empresa que compõe a rede desde a implantação dos projetos e a que injeta a maior soma de recursos é a Xerox do Brasil, através do Instituto Xerox. Ela investe, aproximadamente, 1 milhão e 260 mil reais por ano em três grandes projetos.

A partir de 2000, a segunda maior empresa, que tem investido anualmente R\$ 400 mil no Programa Social da Mangueira é a BR Distribuidora/Petrobrás, através do Projeto Centro Cultural BR Mangueira.

Um indicador expressivo é o número de parcerias que foram se agregando ao longo dos anos. Em 1988 havia 03 projetos sociais com apenas 02 empresas privadas parceiras. Em 1999, o Programa passou a ter 16 projetos sociais com a parceria de 24 empresas privadas. O Programa Social da Mangueira em 2001, passou a contar com 47 parcerias: 27 empresas privadas, 3 universidades privadas; 7 órgãos públicos e 10 relacionados à organização da sociedade civil, como ONGs, associações, sindicatos, entidades de classe e instituições filantrópicas.

Em quase duas décadas de trabalho social, em apenas 15 desses projetos 25.000 atendimentos foram realizados, além de 60.000 pessoas serem atendidas pelo Projeto Vidro é Comida, Saúde e Educação, que recolhe vidros em troca de uma cesta de gêneros alimentícios.

O sonho da maioria dos jovens que participam dos projetos de capacitação profissional é o de conseguir um trabalho e serem reconhecidos pelos pais e pela sociedade. Os resultados apontam que 70% dos adolescentes que participam desses projetos são absorvidos pela empresa em que fizeram estágio.

O dinamismo da Escola de Samba da Mangueira em agregar parceiros na construção de uma rede de colaboração na resolução dos problemas sociais da comunidade, já lhe renderam três prêmios: dois da BBC de Londres e um da UNICEF, como o melhor projeto social da América Latina e depois como Programa exemplar para o Terceiro Mundo. Recebeu também,

como reconhecimento nacional e internacional, a visita de Presidentes de República: Fernando Henrique Cardoso (Brasil); Bill Clinton (EUA); e de Nelson Mandela (África do Sul).

A Escola de Samba da Mangueira faz questão de ancorar todos os projetos na tradição cultural da Escola de Samba da Mangueira: verde (esperança) e rosa (amor). Sendo assim, todos os funcionários usam uniformes com o logotipo da Escola e com as cores verde e rosa, além de alguns projetos terem o nome de Nação Mangueirense: uma das quatro creches, o CIEP (escolarização da 5ª série ao ensino médio) e o posto de saúde. Deste modo, a idéia é prevalecer a identidade de ser “mangueirense” ao ocupar o espaço da cidadania. Esse parece ser um aspecto fundamental dos vínculos associativos vindos da mobilização dos atores envolvidos no Programa Social da mangueira.

Em suma, constata-se que a parceria entre empresas, poder público e comunidade tem facilitado a implementação e o desenvolvimento das ações sociais comunitárias. Os três atores tem atuado na seguinte direção: a Escola de Samba, fornecendo o capital social, e as empresas e o poder público fornecendo o capital financeiro e as diretrizes técnicas.

Considerações Finais

Este artigo pretendeu delinear uma nova forma de gestão de política social que pretende anunciar as perspectivas brasileiras atuais do novo papel do Estado, de empresas e da sociedade civil. Tomamos como estudo de caso o **Programa Social da Mangueira**, que como vimos, mostra essas tendências ao ser executado por uma rede de parcerias entre os governos federal, estadual e municipal; empresas; universidades; organizações não governamentais; associações e entidades de classe; e a comunidade, na implementação de políticas sociais para uma comunidade de baixa renda – a favela da Mangueira. Em nosso caso, é uma escola de samba a forte condutora e estimuladora desta rede: a **Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira**.

Como pudemos observar, foi nos anos 80 que o Programa Social da Mangueira foi elaborado. O cenário político da época trazia em seu bojo o processo de redemocratização do país e o prenúncio da promulgação da nova constituição. Novos mecanismos legais e institucionais – como a descentralização administrativa e a participação cidadã – são canalizados pelo aparelho estatal para o desenvolvimento de políticas sociais em nível local. É

nesta época que o governo federal cede à comunidade um terreno da Rede Ferroviária Federal, o governo do estado fica responsável pela construção de toda a infra-estrutura da Vila Olímpica, juntamente com o apoio do governo municipal.

Não podemos perder de vista a dimensão do Estado nesta rede. Assim, lembramos de Peter Evans que afirma que a sinergia entre Estado, o mercado e a sociedade civil fracassa não pela ausência de capital social, mas pela ausência do engajamento político e social do Estado. Quando o Estado passa de ator regulador da interação social para a de indutor e/ou mobilizador de capital social, ligando cidadãos e se articulando a um conjunto de relações que ultrapassam a divisão público/privada, ele aumenta a sua eficácia governamental e cria um círculo virtuoso de mudança institucional. Na Mangueira o Estado foi capaz de patrocinar uma iniciativa comunitária, passando de ator regulador para um ativismo mobilizador de capital social. Assim, o ativismo institucional do Estado potencializou redes cívicas a ganharem uma vida autônoma, como é o caso do Programa Social da Mangueira, que é gerenciado em parceria pela Escola de Samba da Mangueira como representante legítimo da comunidade da favela da Mangueira.

Vimos também, que o cenário da economia política passou a intermediar o surgimento de novos valores entre alguns setores do empresariado. Uma parte deste empresariado passa a reconhecer os graves problemas sociais no país e que sua empresa pode ter uma importante função social no equilíbrio desta sociedade. Portanto, a responsabilidade passa a ser assumida por algumas entidades empresariais. Assim, pudemos vislumbrar algumas iniciativas inovadoras no Brasil em que diversos atores sociais passaram a cooperar para minimizar a dívida social brasileira. Trata-se de um novo arranjo institucional de cooperação com o poder público e a sociedade civil, instaurado a partir da implementação de práticas de governança.

Como pudemos observar é na capacidade gerencial sincronizada do Programa Social da Mangueira com seus parceiros, no espírito cívico da Escola de samba da Mangueira e no orgulho artístico da comunidade, os aspectos mais significativos do êxito deste Programa Social.

Com relação a governança estabelecida entre o poder público, percebemos que passam por um intenso processo de aprendizagem, na medida em que tanto a Escola de Samba da Mangueira como os governos estão elaborando ações compartilhadas e contracenadas num ambiente desconhecido para ambos. É um processo bastante complexo que implica absorção

das novas leis que garantem os direitos das crianças e dos adolescentes, das dinâmicas de comunicação e negociação e do intercâmbio de informações entre o público e o privado, ou seja, é um novo espaço público não-estatal que se constrói e onde a participação e a representação da sociedade civil ainda estão sendo consolidadas. Entendemos que relações sinérgicas não são garantidas através de lei, convênio ou contrato e sim através de um processo construído gradualmente, no sentido de ser capaz de amadurecer as relações de confiança, reciprocidade e do próprio aprendizado gerencial e democrático.

Uma vez que os resultados de nosso estudo pareçam otimistas demais, na medida em que constatamos que a governança estabelecida no Programa Social da Mangueira é bem sucedida, mas ainda há muito que fazer. Apesar do Programa Social da Mangueira se desenvolver ao mesmo tempo a partir de ingredientes cultura cívica da comunidade e do engajamento de fortes instituições, tais como a Escola de Samba da Mangueira, empresas privadas e o poder público, a sinergia entre esses atores não é um fato dado. É preciso constância de propósitos. Ainda é necessário que tanto o poder público quanto a Escola de Samba da Mangueira se envolvam efetivamente com a comunidade, tornando-a parceira neste aprendizado. Destaca-se a necessidade de uma atuação mais eficaz do poder público em relação ao desenvolvimento econômico e social da comunidade, como projetos de infraestrutura urbana, geração de renda e educação ambiental contínua para a população. Caso contrário a ausência e/ou a descontinuidade dessas políticas geram demandas que acabam recaindo sobre a Escola de Samba da Mangueira, que – na maioria das vezes – não tem condições de responder sozinha sem o compromisso do poder público.

Finalmente, dado o quadro sinistro de miséria em nossas favelas, falta de oportunidades, de amparo de políticas estatais consolidadas, da existência da rede do tráfico e de tudo isso que destrói as crianças e jovens pobres do Brasil, acreditamos que o bem-estar pode chegar ao cidadão através de ações pontuais de solidariedade da iniciativa privada. Contudo, não será somente a responsabilidade social das empresas que vai dar conta da dívida social, pois somente o Estado pode garantir que os bens de consumo coletivo alcancem a todos pela simples razão do direito de cidadania. Não como um Estado motor e promotor de domínio exclusivo do bem-estar público. E sim através da sinergia de cooperação entre empresa, sociedade civil e Estado que se pode reforçar a concepção ampla de democracia. Em caso

contrário, é difícil sustentarmos políticas dinâmicas e estabelecer vínculos que possam vir a responder às expectativas dos cidadãos de maneira digna e eficiente.

Referências Bibliográficas:

- ARRETECH, Marta (1996). “Mitos da Descentralização – mais democracia e eficiência nas políticas públicas?”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n31, junho, ano 11.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1996). *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil; para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Ed. 34.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e GRAU, Nuria Cunill (1999). “Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal”. In BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e GRAU, Nuria Cunill, *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV.
- CARVALHO, José Murilo (1995). *Desenvolvimiento de la Ciudadania en Brasil*. México: Editores El Colégio de México e Fondo de Cultura Económica.
- DINIZ, Eli (2000). *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais – Brasil Anos 1990*. Rio de Janeiro: Ed. FGV
- DINIZ, Eli e Boschio, Renato (1993). “Brasil: Um Novo Empresariado? Balanço de Tendências Recentes”. In DINIZ, Eli (org.) *Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90*. Florianópolis: Ed. UFCS/IDACON.
- GOMES, Eduardo R. e GUIMARÃES, Fabricia (2000). “Os Empresários entre a Tradição e a Renovação; O caso do PNBE. In *Revista Internacional de Estudos Políticos*. Rio de Janeiro: UERJ/NUSEP, v.2, n.1.
- GRAU, Nuria Cunill (1998). *Repensando o Público através da Sociedade. Novas Formas de Gestão Pública e Representação Social*. Rio de Janeiro: Editora Revan, Brasília: ENAP.
- IPEA (2001). “Pesquisa: Iniciativa Privada e o Espírito Público – um retrato da ação social das empresas no Brasil”. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/IPEA.